

## **Aula 12**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

10 de Julho de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Agentes Públicos - Instituto AOC	3
2) Roteiro de Revisão - Agentes Públicos	4
3) Questões Estratégicas - Agentes Públicos - Instituto AOC - Médio	32
4) Questionário de Revisão - Agentes Públicos	38
5) Referências Bibliográficas	43



## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOC**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AOC
Agentes públicos: conceito e classificação.	13,64%
Cargos, empregos e funções públicas. Forma e requisitos de acesso a cargos, empregos e funções públicas.	9,09%
Concurso público	9,09%
Direitos de associação sindical e de greve dos servidores públicos	0,00%
Direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais estendidos aos servidores públicos	0,00%
Remuneração dos agentes públicos e acumulação de cargos públicos	9,09%
Servidores públicos no exercício de mandato eletivo (art. 38 da CF/88)	13,64%
Regime próprio de previdência dos servidores públicos (RPPS)	13,64%
Regime de previdência dos ocupantes, exclusivamente de cargo em comissão, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público	
Regime de previdência complementar	
Estabilidade dos servidores efetivos	31,82%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

Para revisar e ficar bem-preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

### Agentes públicos: conceito e classificação.

- Conceitos:

- a) agente público é "toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta" (Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>1</sup>);
- b) agentes públicos são todas as "pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal" (Hely Lopes Meirelles<sup>2</sup>).

- Classificação dos agentes públicos (Hely Lopes Meireles):

- a) **agentes políticos:** abrangem as autoridades que não se submetem a hierarquia, elaborando políticas públicas e com funções de direção da administração pública. Exemplo: chefes do poder executivo.
- b) **agentes administrativos:** exercem atividades administrativas, ocupando cargos públicos, empregos e funções públicas na Administração direta e indireta. Dividem-se em servidores públicos, empregados públicos e agentes temporários.
  - b1) **servidor público:** ocupante de cargo público, com vínculo regido por estatuto (regime estatutário).
  - b2) **empregado público:** ocupante de emprego público, com vínculo contratual regido pela CLT (regime celetista).
  - b3) **agente temporário:** exerce função pública, contratado por tempo determinado para atender a uma necessidade temporária de excepcional interesse público, em regime jurídico especial.

---

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Editora GenMétodo. 31 ed. 2018. Item 13.2.

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 35 ed., p. 79.



c) **agentes honoríficos**: realizam transitoriamente e geralmente sem remuneração serviços de relevância para o Estado. São considerados funcionários públicos para fins penais, porém sem vínculo profissional com a administração pública. Exemplo: jurados, mesários.

d) **agentes credenciados**: representam a Administração em certos atos ou praticam certas atividades específicas. "São os que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público credenciante" (Hely Lopes Meireles). Também são considerados funcionários públicos para fins penais. Exemplo: artista consagrado com a atribuição de representar o Brasil em um evento internacional.

e) **agentes delegados**: são particulares que exercem função em nome próprio, por sua conta e risco, recebendo remuneração de terceiros usuários de serviço público e sob a fiscalização do Poder Público. Exemplo: concessionários de serviços públicos.

- **Agentes de Fato**: são particulares que, mesmo sem estarem investidos em função pública, desempenham função em nome do Estado por conta de situações excepcionais. São divididos doutrinariamente em dois tipos: agentes de fato necessários e putativos. Agentes de fato **necessários** realizam atos em colaboração com o Poder Público, em situações excepcionais e de estado de necessidade pública como, por exemplo, agentes que atuam em situações de emergência, em colaboração com o Poder Público. Agentes de fato **putativos** são aqueles que, mesmo investidos ilegalmente em uma atividade pública, a desempenham presumindo-se que há legitimidade como, por exemplo, uma pessoa que toma posse em um cargo público e passa a exercer normalmente suas atribuições, mesmo tendo havido irregularidade em sua investidura.

## Cargos, empregos e funções públicas

- Os **cargos públicos** são providos de duas formas: em **caráter efetivo**, mediante concurso público, ou em **comissão**, de livre nomeação e exoneração.

Os servidores ocupantes de cargos públicos estão submetidos ao regime estatutário.

As ações judiciais propostas pelos servidores estatutários, envolvendo aspectos do seu vínculo (jornada de trabalho, remuneração etc.), deverão ser ajuizadas perante a Justiça Federal (servidores federais) ou perante a Justiça Estadual (servidores estaduais e municipais).

Especificamente quanto aos cargos em comissão, em que pese qualquer pessoa, servidor público efetivo ou não, poder ser nomeada para o seu exercício, deve ser observada a vedação ao nepotismo, nos termos da Súmula Vinculante 13:

### JURISPRUDÊNCIA

*"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou,*



*ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”<sup>3</sup>.*

Além disso, a despeito de os cargos em comissão serem de livre nomeação (como já mencionado), a CF prevê que tais cargos devem ser “preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei” (art. 37, inciso V).

Sobre esse ponto, o STF<sup>4</sup> entende que a inexistência de lei sobre o tema (em outras palavras, a falta de regulamentação) não impede a produção de efeitos do dispositivo, ou seja, não inviabiliza a designação dos servidores (efetivos ou não) para preencherem os cargos em comissão (trata-se, portanto, de uma norma constitucional de eficácia contida).

Além disso, a Suprema Corte entende que a matéria relativa a regime jurídico-administrativo de servidor público, além de competir à União, compete, também, a cada ente da federação (com base no *caput* do art. 39 da CF/88) e, portanto, a competência legislativa referida no inciso V do art. 37 da CF/88 pertence à unidade federativa em que se insere o cargo, inclusive no que concerne à definição de parâmetros para a reserva de cargos em comissão a servidores de carreira.

Logo, a falta de lei nacional regulando a matéria não representa omissão legislativa: cabe a cada unidade federativa definir os parâmetros para a ocupação de acordo com suas peculiaridades, sendo que eventual lei nacional dispondo sobre os casos, condições e percentuais mínimos de cargos em comissão pode afrontar a autonomia e competência de cada um dos entes da Federação para dispor sobre o tema e adequar a matéria a suas necessidades.

- Os **empregos públicos** serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e providos por meio de concurso público.

O regime de emprego público é obrigatório para as empresas estatais e suas subsidiárias que explorem atividade econômica (art. 173, § 1º da CF/88).

A criação de empregos públicos depende de lei (art. 48, inciso X da CF/88).

As ações judiciais propostas pelos empregados públicos serão ajuizadas perante a Justiça do Trabalho, quando envolver assuntos relacionados ao seu vínculo empregatício (art. 114, inciso I da CF/88).

Ainda que os empregados públicos concursados não gozem da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88, a sua demissão deve ser devidamente motivada, não sendo necessário procedimento

---

<sup>3</sup> STF – Súmula vinculante 13

<sup>4</sup> STF – ADO 44.



administrativo, mas apenas ato formal que indique claramente, ainda que de forma simples, as razões da demissão<sup>5</sup>:

#### JURISPRUDÊNCIA

*"As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista".*

- As **funções públicas** ocorrem basicamente em duas situações.

A primeira delas diz respeito às **funções de confiança**, designadas aos servidores ocupantes de cargo efetivo pelo exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, inciso V da CF/88). A designação/dispensa de servidor (de carreira) para o exercício de função de confiança é um ato discricionário da autoridade competente (não havendo necessidade de aprovação prévia em concurso público), observando-se a vedação ao nepotismo, nos termos da Súmula Vinculante 13 (transcrita acima).

Já a segunda diz respeito aos **agentes contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público** (art. 37, inciso IX da CF/88). Tais agentes celebram contrato de direito público com a administração pública (não se trata de contrato de trabalho regido pela CLT, portanto) e são admitidos por processo seletivo simplificado (não concurso público).

Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público devem ser estabelecidos por lei. No âmbito federal, são exemplos de situações que configuram necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 2º da Lei 8.745/93): calamidade pública, emergências em saúde pública, pesquisas de natureza estatística realizadas pelo IBGE, admissão de professor substituto e visitante (inclusive o estrangeiro) etc.

- A **criação, transformação e extinção** de cargos, empregos e funções públicas, via de regra, depende de lei (art. 48, inciso X da CF/88), não valendo tal regra para os seguintes casos: a) criação de funções temporárias; b) cargos pertencentes aos serviços da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal – nesses casos, a criação/extinção de cargos é realizada por resolução do respectivo órgão (CF/88, arts. 51, inciso IV e 52, inciso XIII).

Nada obstante, o Presidente da República poderá **extinguir**, por meio de **decreto**, funções ou cargos públicos vagos (art. 84, inciso VI, alínea "b" da CF/88).

<sup>5</sup> STF – RE 688267





A iniciativa de lei para a criação/extinção de cargos é privativa:

- a) do Presidente da República, no âmbito do Poder Executivo (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "a" da CF/88);
- b) do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça, no que tange aos seus serviços auxiliares e aos juízos que lhes forem vinculados (art. 96, inciso II, alínea "b" da CF/88);
- c) do Tribunal de Contas da União, no que tange aos seus serviços auxiliares (art. 73, *caput*, da CF/88);
- d) do Ministério Público, no que tange aos seus cargos e serviços auxiliares (art. 127, § 2º da CF/88);
- e) da Defensoria Pública, no que tange aos seus cargos e serviços auxiliares (art. 133, § 4º da CF/88).

## Forma e requisitos de acesso a cargos, empregos e funções públicas

- Princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos: a CF/88 garante tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros o acesso aos cargos, empregos e funções públicas (art. 37, inciso I da CF/88).

Entretanto, para os brasileiros, a CF/88 assevera que o acesso aos cargos, empregos e funções públicas é garantido a todos "que preencham os requisitos estabelecidos em lei" e, para os estrangeiros, que o referido acesso é garantido "na forma da lei".

Acesso a cargos, empregos e funções públicas (art. 37, inciso I da CF/88)	
Brasileiros	garantido a todos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
Estrangeiros	garantido na forma da lei.

Isso significa que, para os brasileiros, basta que atendam aos requisitos da lei para que possam acessar os cargos, empregos e funções públicas. Já para os estrangeiros, o acesso deve ocorrer na forma da lei, ou seja, é necessária a edição para estabelecer a forma em que se dará o acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções público.

- Os requisitos de acesso **devem estar previstos em lei**, ou seja, o edital de um concurso público não pode inovar e exigir determinados requisitos como, por exemplo, limite de idade, sem previsão legal.

- Um percentual dos cargos e empregos públicos deve **ser reservado para as pessoas portadoras de deficiência** (art. 37, inciso VIII da CF/88).





Esse percentual de reserva de vagas às pessoas portadores de deficiência deve ser reservado por lei, que deve também definir os critérios de sua admissão.

Tal reserva não dispensa a exigência de prévia aprovação em concurso público.

No âmbito federal, é de até 20% o percentual reservado às pessoas portadoras de deficiência das vagas oferecidas no concurso público (art. 5º da Lei 8.112/1990).

## Concurso público

- A aprovação prévia em concurso público é requisito para a investidura tanto em cargo quanto em emprego público (art. 37, II da CF/88).

Nada obstante, não dependem de concurso público as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II da CF/88).

- O concurso público pode ser composto apenas de provas ou de provas e títulos, a depender da natureza e da complexidade do cargo ou emprego. Tais definições devem estar previstas em lei (art. 37, II da CF/88).

- O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período originalmente definido (art. 37, III da CF/88).

- Dentro de um mesmo cargo/emprego, na carreira, o aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação (art. 37, IV da CF/88).

Além disso, candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do concurso público possui direito subjetivo à nomeação (observado o prazo de validade do certame), mas a administração pode se ver desobrigada de realizar tal nomeação em situações excepcionais, decorrentes de fatos supervenientes à publicação do edital<sup>6</sup>.

Ainda, em certames para a formação de cadastros de reserva, os aprovados não possuem direito subjetivo à nomeação, mas apenas expectativa<sup>7</sup>.

Por fim, “dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação”<sup>8</sup>. Porém, é lícito que candidato pior colocado seja nomeado em virtude de decisão judicial e, nessa situação, não surge

---

<sup>6</sup> STF – RE 598.099/MS.

<sup>7</sup> STF – MS-AgR 31.790/DF.

<sup>8</sup> STF – Súmula 15.



para os candidatos mais bem classificados que tenham sido “pulados” o direito subjetivo à nomeação<sup>9</sup>.

- Implicam a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei (art. 37, § 2º da CF/88), a não observância das regras dos incisos II e III do art. 37 da CF/88, detalhadas anteriormente.

- Além da investidura em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II da CF/88), também são exceções à regra de exigência de concurso público:

- a) a investidura em mandato eletivo;
  - b) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX da CF/88);
  - c) a admissão de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, que podem ser admitidos por meio de processo seletivo público (art. 198, § 4º da CF/88);
  - d) o caso do ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, que possui o direito de ser aproveitado no serviço público, sem concurso público, com estabilidade (art. 53, inciso I do ADCT).
- Em que pese o art. 37, inciso I da CF/88 prever que os cargos e empregos públicos serão acessíveis aos brasileiros (que preencham os requisitos estabelecidos em lei) e aos estrangeiros (na forma da lei), a própria Constituição estabelece que alguns cargos são privativos de **brasileiro nato** (art. 12, § 3º da CF/88), quais sejam:



- Em que pese o art. 37, II da CF/88 estabelecer que o concurso público poderá ser de provas ou de provas e títulos (a depender da natureza e da complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei), a própria Constituição estabelece alguns cargos em que o ingresso deve se dar, necessariamente, mediante aprovação em concurso público de **provas e títulos**:

<sup>9</sup> STF – AI 698.618/SP.



- a) Juiz Substituto (art. 93, inciso I da CF/88);
- b) carreira do Ministério Público (art. 129, § 3º da CF/88);
- c) carreira da Advocacia-Geral da União (art. 131, § 2º da CF/88);
- d) Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (art. 132 da CF/88);
- e) carreira da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 134, § 1º da CF/88);
- f) profissionais de Educação Escolar (art. 206, inciso V da CF/88).

## Direitos de associação sindical e de greve dos servidores públicos

- O servidor público civil possui direito à **livre associação sindical** (art. 37, inciso VI da CF/88).
- O servidor público possui, também, **direito de greve**, dependendo da edição de uma lei específica para definir os termos e os limites em que se dará o exercício de tal direito (art. 37, inciso VI da CF/88).

Até o momento tal lei não foi editada.

Assim, o STF decidiu que deve ser aplicada, de forma temporária à administração pública, no que couber, a lei de greve vigente para o setor privado, até que a lei de greve do setor público seja editada<sup>10</sup>.

- Ao contrário do previsto para os servidores públicos em geral, aos militares são vedadas a sindicalização e a greve (art. 142, § 3º, IV da CF/88).

## Direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais estendidos aos servidores públicos

Foram estendidos aos servidores ocupantes de cargo público os seguintes direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 39, § 3º da CF/88):

- a) percepção do salário nunca inferior ao mínimo fixado em lei (art. 7º, incisos IV e VII da CF/88);
- b) décimo terceiro salário (art. 7º, inciso VIII da CF/88);
- c) remuneração do trabalho noturno superior ao diurno (art. 7º, inciso IX da CF/88);

---

<sup>10</sup> STF – MI 670/ES e MI 708/DF.



- d) salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda (art. 7º, inciso XII da CF/88);
- e) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais (art. 7º, inciso XIII da CF/88);
- f) repouso semanal remunerado (art. 7º, inciso XV da CF/88);
- g) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, inciso XVI da CF/88);
- h) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (art. 7º, inciso XVII da CF/88);
- i) licença à gestante (art. 7º, inciso XVIII da CF/88);
- j) licença paternidade (art. 7º, inciso XIX da CF/88);
- k) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (art. 7º, inciso XX da CF/88);
- l) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII da CF/88); e
- m) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, inciso XXX da CF/88).

## Remuneração dos agentes públicos e acumulação de cargos públicos

- A remuneração (em sentido amplo) dos agentes públicos pode ocorrer, basicamente, das seguintes formas:

- a) **vencimentos:** compostos por uma parcela fixa ("vencimento básico" ou apenas "vencimento") e por uma parte variável ("vantagens pecuniárias"), é a denominação da remuneração dos servidores públicos estatutários que não recebem pela sistemática de subsídio.
- b) **subsídio:** espécie remuneratória formada por uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória (art. 39, § 4º da CF/88).

A modalidade de remuneração por subsídio é obrigatória para os agentes políticos: membro de Poder, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado, os Secretários Estaduais e Municipais etc.



É obrigatória, também, para os seguintes servidores públicos: servidores integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública (art. 135 da CF/88), bem como para os servidores policiais da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital (art. 144, § 9º da CF/88).

Por outro lado, é facultativa para os seguintes servidores públicos organizados em carreira (art. 39, § 8º da CF/88).

c) **salário**: denominação da remuneração recebida pelos empregados públicos, por serem regidos pelo regime trabalhista (CLT).

- A **fixação ou alteração da remuneração** dos servidores públicos e dos agentes políticos (ou seja, dos vencimentos e dos subsídios) deve ocorrer por lei específica, ou seja, será através de uma lei ordinária que trate apenas desse assunto (art. 37, inciso X da CF/88).

A **iniciativa** das leis para fixar ou alterar a remuneração ou o subsídio ocorrerá da seguinte forma:

a) cargos do Poder Executivo: iniciativa é privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, II, a da CF/88);

b) cargos da Câmara dos Deputados (CD): iniciativa é privativa da CD (art. 51, inciso IV da CF/88);

▪ c) cargos do Senado Federal (SF): iniciativa é privativa do SF (art. 52, inciso XIII da CF/88);

d) no âmbito do Poder Judiciário, compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver (art. 48, inciso XV e art. 96, inciso II, b, ambos da CF/88).

Nada obstante, o subsídio dos seguintes agentes públicos não é fixado/alterado por lei, mas por decreto legislativo do Congresso Nacional:

a) Deputados Federais e Senadores (art. 49, VII da CF/88);

b) Presidente, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado (art. 49, VIII da CF/88).

Além disso, também não se exige lei para a fixação ou alteração dos salários dos empregados públicos das estatais (perceba que eles não são mencionados no art. 37, inciso X da CF/88). Nesse caso, o instrumento cabível é o acordo coletivo de trabalho (art. 7º, XXVI da CF/88).

- Com vistas a recompor o poder aquisitivo da remuneração dos servidores públicos e do subsídio dos agentes políticos, garante-se **revisão geral anual**, que deve ocorrer sempre na mesma data e sem distinção de índices (art. 37, inciso X da CF/88).



Além disso, a concessão de tal revisão deve ocorrer mediante lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo de cada ente federativo (entendimento do STF).

### Cuidado!

A "alteração" da remuneração é feita mediante lei de iniciativa privativa de cada Poder e a "revisão geral" é feita mediante lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo de cada ente federativo.

Nesse sentido: "Define-se o instituto da **revisão geral** quando o propósito do aumento remuneratório concedido for apenas o de **recompor a perda do poder aquisitivo da moeda**, devendo-se, nesse caso, observar a iniciativa do **chefe do Poder Executivo** para se deflagrar o processo legislativo respectivo. De outro modo, se o aumento remuneratório trazer um **ganho real, ou seja, for além da perda do poder aquisitivo**, a competência para se deflagrar o processo legislativo será de **cada um dos poderes ou órgãos** com autonomia administrativa, financeira e orçamentária."<sup>11</sup>

- A CF/88 prevê, ainda, diversos **limites remuneratórios** (também chamados de "tetos remuneratórios").

Em relação aos montantes dos limites remuneratórios, a CF/88 fixa o seguinte (art. 37, inciso XI da CF/88, interpretado em conjunto com os arts. 27, § 2º, 29, VI, 37, §§ 2º e 12, bem como a jurisprudência do STF):

Teto geral: subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF		
"Subtetos"	União	Não há "subtetos": aplica-se apenas o teto geral.
	Estados e DF	<u>Poder Executivo</u> : o limite é o subsídio do Governador. (O subsídio do Governador fica limitado ao teto geral = subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF)
		<u>Poder Legislativo</u> : o limite é o subsídio dos deputados estaduais ou distritais. (Os subsídios dos deputados estaduais e distritais não poderá ser superior a 75% do subsídio fixado para os deputados federais).
		<u>Poder Judiciário – servidores</u> : o limite equivale a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF. Esse mesmo limite é aplicável aos procuradores do ministério público estadual, aos procuradores estaduais e aos defensores públicos estaduais.

<sup>11</sup> STF – ADI 5562 RS



		<u>Poder Judiciário – membros</u> (juizes estaduais e desembargadores de TJ): o limite será o subsídio dos Ministros do STF (ADI 3854 <sup>12</sup> ).
		Fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando a presente regra aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.
	<b>Municípios</b>	<p>O limite é o subsídio do Prefeito. (O subsídio do Prefeito fica limitado ao teto geral = subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF)</p> <p>Vereadores: o limite do subsídio do vereador varia entre 20% a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais, a depender da quantidade de habitantes do município.</p> <p>Procuradores dos Municípios: o limite remuneratório equivale a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF (RE 663696<sup>13</sup>).</p>

CUIDADO! Apesar de o inciso XI e § 12 do art. 37 da CF/88 expressamente limitarem o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que esse limite não é aplicável, mas sim o teto geral que corresponde ao montante integral do subsídio dos membros do STF, que também é o limite que deve ser aplicado aos demais juizes estaduais (ADI 3854, conforme explicado na nota de rodapé).

Com relação ao alcance das regras de limite remuneratório (art. 37, XI da CF/88), temos o seguinte:

Quais agentes públicos/órgãos/entidades são alcançados?	Quais espécies remuneratórias são alcançadas?
- Ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional;	Remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens

<sup>12</sup> Na ADI 3854, o STF deu interpretação conforme à Constituição ao art. 37, XI e § 12, da CF/88 para afastar a submissão dos membros da magistratura estadual da regra do subteto remuneratório e declarou inconstitucionais normas do CNJ que fixavam subteto para magistrados estaduais diferente do teto estabelecido para a magistratura federal, por violarem o caráter nacional da estrutura judiciária brasileira previsto na Constituição Federal.

<sup>13</sup> Foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: "A expressão 'procuradores' contida na parte final do inciso XI do artigo 37 da Constituição da República compreende os procuradores municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de 90,25% do subsídio mensal em espécie dos ministros do Supremo Tribunal Federal".





<ul style="list-style-type: none"><li>- Membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;</li><li>- Detentores de mandato eletivo;</li><li>- Demais agentes políticos;</li><li>- Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que receberem recurso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º da CF/88).</li></ul>	<p>pessoais ou de qualquer outra natureza.</p> <p>Não estão sujeitas aos limites as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos (art. 37, § 11 da CF/88).</p>
--	---

Por fim, ainda sobre limitação de remuneração, a Constituição estabelece que os vencimentos dos cargos do Poder **Legislativo** e do Poder **Judiciário** não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo (art. 37, inciso XII da CF/88).

- É vedada a **vinculação ou equiparação** "de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público" (art. 37, inciso XIII da CF/88). Nesse sentido, temos o seguinte precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

#### JURISPRUDÊNCIA

*"É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária"<sup>14</sup>.*

Nada obstante, a própria CF/88 prevê algumas hipóteses de **equiparação e vinculação**:

a) equiparação dos vencimentos e vantagens dos Ministros do TCU aos dos Ministros do STJ (art. 73, § 3º da CF/88);

b) vinculação do subsídio dos Ministros do Tribunais Superiores no montante correspondente a 95% do subsídio mensal fixado para os Ministros do STF (art. 93, inciso V da CF/88).

- **É vedada a incidência cumulativa de acréscimos pecuniários**, de modo que "os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores" (art. 37, inciso XIV da CF/88).

A ideia aqui é evitar o "efeito cascata" nas concessões de acréscimos pecuniários aos servidores.

- O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são **irredutíveis** (art. 37, inciso XV da CF/88), mas tal proteção não alcança a redução em virtude:

<sup>14</sup> STF - Súmula Vinculante 42.



- a) da aplicação do teto constitucional (art. 37, inciso XI da CF/88);
- b) da aplicação da regra de vedação à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários (art. 37, inciso XIV da CF/88);
- c) da incidência de impostos (nesse sentido, o art. 37, inciso XIV aponta como ressalvas o art. 150, II, o art. 153, III, e o art. 153, § 2º, I, todos da CF/88).

Além disso, a irredutibilidade diz respeito, segundo o STF:

- a) ao montante final dos vencimentos, podendo ser alterada a fórmula de sua composição;
- b) ao valor nominal (numérico) dos vencimentos/subsídios, não abrangendo proteção contra a inflação.

Por fim, destacamos que a proteção da irredutibilidade alcança não apenas os vencimentos/subsídios dos cargos efetivos, mas os dos cargos em comissão, também, além dos salários dos empregados públicos.

- **Acumulação remunerada de cargos:** via de regra é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, estendendo-se tal proibição a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (art. 37, incisos XVI e XVII da CF/88).

Entretanto, desde que haja compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada nas seguintes hipóteses (art. 37, inciso XVI da CF/88):



## CUIDADO!

O inciso XVI do art. 37 da CF/88 dispõe que o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI da CF/88) deve ser aplicado nos casos em que a Constituição admite a acumulação remunerada de cargos públicos.

Entretanto, o STF entende que, nos casos em que a acumulação é permitida, o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI da CF/88) deve ser aplicado de forma isolada para cada cargo público



acumulado, ou seja, a soma das remunerações dos cargos pode ultrapassar o teto, mas a remuneração individual de cada cargo, não:

#### JURISPRUDÊNCIA

*"Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público" <sup>15</sup>.*

Esse entendimento é aplicável a todos os casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções.

Outras situações previstas na constituição que permitem a acumulação:

- a) **servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador**, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo (art. 38, III da CF/88);
  - b) **juízes do Poder Judiciário e membros do Ministério Público**: podem acumular com uma função de magistério (art. 95, parágrafo único, inciso I da CF/88 e art. 128, § 5º, inciso II, alínea "d" da CF/88);
  - c) **militares dos Estados, do DF e dos Territórios**: podem acumular nas hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI da CF/88, com prevalência da atividade militar (art. 42, § 3º da CF/88);
  - d) **profissionais de saúde das Forças Armadas**: pode acumular no caso de previsto no art. 37, inciso XVI, "c" da CF/88 (dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas), na forma da lei e com prevalência da atividade militar (art. 142, § 3º, incisos III e VIII da CF/88).
- É vedada a **percepção simultânea de proventos de aposentadoria** decorrentes dos regimes próprios de previdência dos servidores estatutários e dos militares (ou seja, não entra as aposentadorias decorrentes do Regime Geral de Previdência Social) **com a remuneração de cargo, emprego ou função pública**, ressalvados (art. 37, § 10 da CF/88):
- a) os cargos acumuláveis na forma da Constituição;
  - b) os cargos eletivos; e
  - c) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

<sup>15</sup> STF – RE 612975/MT e RE 602043/MT.



## Servidores públicos no exercício de mandato eletivo (art. 38 da CF/88)

	O que acontece com o servidor?	
<b>Mandato eletivo federal, estadual ou distrital</b>	Ficará afastado de seu cargo, emprego ou função (e receberá a remuneração do cargo eletivo)	
<b>Prefeito</b>	Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração	
<b>Vereador</b>	Havendo compatibilidade de horários	Perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
	Não havendo compatibilidade de horários	Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
<p>a) em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;</p> <p>b) a hipótese de o servidor ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.</p>		

## Administração fazendária, servidores fiscais e administração tributária

- A **administração fazendária e seus servidores fiscais** terão precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei (art. 37, inciso XVIII da CF/88).

- As **administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio (art. 37, inciso XXII da CF/88).

Tais administrações são constitucionalmente consideradas atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas.



## Requisitos e restrições ao agente público que possibilite o acesso a informações privilegiadas

- A lei disporá sobre os **requisitos e as restrições** ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a **informações privilegiadas** (art. 37, § 7º da CF/88).

## Readaptação do servidor titular de cargo efetivo

- O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser **readaptado** para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam **compatíveis com a limitação que tenha sofrido** em sua capacidade **física ou mental, enquanto permanecer nesta condição**, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem (art. 37, § 13 da CF/88).

## Extinção do Regime Jurídico Único (RJU)

- A EC 19/1998 alterou o art. 39, *caput*, da CF/88, no sentido de **extinguir o Regime Jurídico Único**. Porém, em 2007 o STF suspendeu cautelarmente a eficácia da nova redação, voltando a vigorar a redação original que previa o RJU, que é a seguinte (cuidado, essa redação não é mais válida, conforme se verificará mais adiante):

*"Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, **regime jurídico único** e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."*

No RJU, não há obrigatoriedade de que seja um regime jurídico **estatutário**, mas sim, **único, unificado**.

Entretanto, em 2024, o STF<sup>16</sup> revogou a referida medida cautelar, declarando a constitucionalidade do dispositivo, passando a valer a partir de então (sem eficácia retroativa) a redação prevista na EC 19/1998, qual seja (**guarde a redação a seguir, que é a válida!**):

*CF/88, art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes*

Portanto, atualmente encontra-se extinto o Regime Jurídico Único que era previsto no *caput* do art. 39 da CF/88 antes da EC 19/1999.

Mesmo não existindo mais a necessidade de observância pelos entes públicos de um único regime jurídico (RJU) para admitir seus servidores (ou o regime estatutário ou o celetista), as regras de

<sup>16</sup> STF – ADI 2.135



realização de concurso público para a admissão de servidores continuam válidas (art. 37, II, da CF/88), qualquer que seja o regime jurídico aplicável (portanto, os entes públicos deverão realizar concurso público para selecionar servidores, mesmo que optem por contratá-los com base na CLT).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

#### JURISPRUDÊNCIA

*"Não há direito adquirido a regime jurídico"<sup>17</sup>.*

## Formação e aperfeiçoamento dos servidores, bem como desenvolvimento de programas para melhorias no serviço público

- A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (art. 39, § 2º da CF/88).

- A CF prevê a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade (art. 39, § 7º da CF/88).

Essa matéria deverá ser disciplinada por meio de lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 39, § 7º da CF/88).

## Regime próprio de previdência dos servidores públicos (RPPS)

### Aplicabilidade

- Aplicável apenas aos ocupantes de **cargos públicos efetivos** (art. 40, *caput* e § 18 da CF/88).

Nada obstante, no RPPS serão observados, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, trata-se de uma **aplicação subsidiária do RGPS** ao RPPS (art. 30, § 12 da CF/88).

- O RPPS não é aplicável ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público – a ele, aplica-se o RGPS (art. 40, § 13 da CF/88).

### Regras sobre as contribuições

<sup>17</sup> STF – AI 598.229 AgR, MS 26.955, RE 599.618 ED, RE 563.965, RE 226.855, dentre outros.





- O RPPS terá **caráter contributivo e solidário**, contando com contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas (art. 40, caput da CF/88).
- Incidirá **contribuição sobre proventos de aposentadoria e pensões** concedidas pelo RPPS **que superem o limite máximo fixado para os benefícios do RGPS**, com percentual (alíquota) igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos (art. 40, § 18).

### Regras sobre os benefícios

- É assegurado o reajustamento dos benefícios (indistintamente) para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei (art. 40, § 8º da CF/88).
- Proventos de aposentadoria (regras específicas):
  - a) as regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 3º da CF/88);
  - b) os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao salário mínimo ou superiores ao limite máximo do RGPS (art. 40, § 2º da CF/88);
  - c) todos os valores de remuneração considerados para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão devidamente atualizados, na forma da lei (art. 40, § 17 da CF/88);
  - d) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social (ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição), aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS (art. 40, § 6º da CF/88);
  - e) **CAUTION!** O § 11 do art. 40 da CF/88 dispõe que se aplica o teto geral constitucional (art. 37, XI da CF/88) "à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da CF/88, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo".

Entretanto, o STF entende que o mencionado teto remuneratório constitucional deve ser aplicado de forma isolada para cada aposentadoria acumulada, ou seja, a soma dos proventos de aposentadoria pode ultrapassar o teto, mas cada aposentadoria individualmente considerada, não<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> STF – RE 612975/MT.





A mesma orientação vale para caso de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, função ou emprego público<sup>19</sup>.

- Pensão por morte (regras específicas):

a) a pensão por morte será concedida nos termos de lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 7º da CF/88). Tal lei deverá tratar de forma diferenciada a hipótese de morte decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função dos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

i) agente penitenciário;

ii) agente socioeducativo;

iii) policial dos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Civis.

b) quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, a pensão por morte não poderá ser inferior ao salário mínimo (art. 40, § 7º da CF/88).

c) no caso de acumulação de pensão com proventos de aposentadoria ou com remuneração pelo exercício de cargo, emprego ou função públicos, o STF entende que teto constitucional (art. 37, XI da CF/88) incide sobre o somatório de remuneração ou provento e a pensão recebida por servidor (desde que a morte do instituidor da pensão tenha ocorrida em momento posterior ao da EC 19/98)<sup>20</sup> – percebe-se que se trata de entendimento oposto ao aplicável ao caso de acumulação de mais de um provento de aposentadoria ou de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, função ou emprego público, como já asseverado mais acima.

- Não é lícita a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes por meio do RPPS: a complementação deve decorrer de Regime de Previdência Complementar ou estar em lei que extinga o RPPS (art. 37, § 15 da CF/88), sendo proibida a complementação por qualquer outra fonte (cuidado! Esta restrição não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes da EC 103/2019).

### Modalidades de aposentadoria

- São três modalidades de aposentadoria previstas (art. 40, § 1º, incisos I a III da CF/88):

---

<sup>19</sup> STF – RE 612975/MT.

<sup>20</sup> STF – RE 602584/DF.



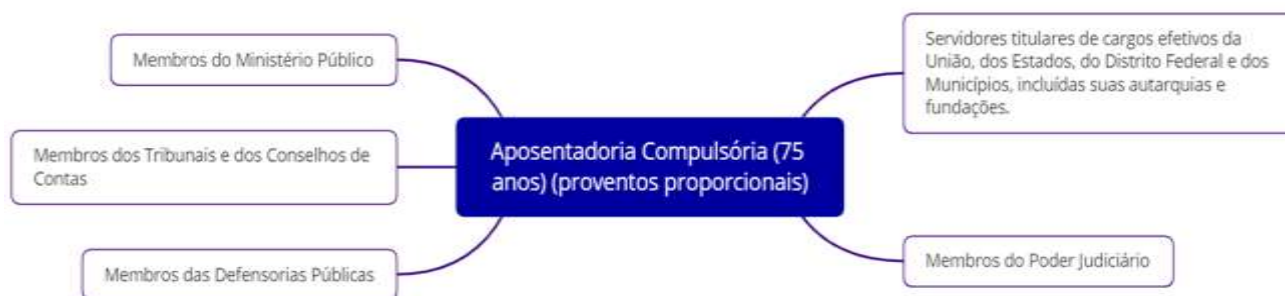
**a) por incapacidade permanente para o trabalho;**

Nesse caso, o servidor é aposentado no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

**b) compulsória;**

Nesse caso, o servidor é aposentado com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.

A lei complementar que trata da matéria é a LC 152/2015, que prevê em seu art. 2º os seguintes agentes públicos que serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 anos de idade:



**c) voluntária.**

Nesse caso, o servidor é aposentado, no âmbito da União, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do DF e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

	União	Estados, DF e Municípios
Idade mínima	Mulheres – 62 anos Homens – 65 anos	Idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas
Tempo de contribuição e demais requisitos	Estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo	

O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um **abono de permanência**, observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 19 da CF/88).



O abono será equivalente, no máximo, ao valor da contribuição previdenciária do servidor, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

### Requisitos e critérios diferenciados e aposentadorias especiais

- É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social (art. 40, § 4º da CF/88). Entretanto, a própria CF/88 prevê ressalvas, quais sejam (aposentadorias especiais):

a) poderão ser estabelecidos idade e tempo de contribuição diferenciados, por meio de lei complementar do respectivo ente federativo, para aposentadoria dos seguintes servidores:

i) servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar (art. 40, § 4º-A da CF/88).

ii) agente penitenciário, agente socioeducativo e policial da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Polícias Civis (art. 40, § 4º-B da CF/88).

iii) servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação (art. 40, § 4º-C da CF/88).

b) ocupantes do cargo de professor: terão idade mínima reduzida em 5 anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º do art. 40 da CF/88 (hipótese de aposentadoria por idade e tempo de contribuição), desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio (ou seja, não entra ensino superior!) fixado em lei complementar do respectivo ente federativo (art. 40, § 5º da CF/88).

### Contagem de tempo

- O **tempo de contribuição** federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de **aposentadoria** (trata-se do princípio da reciprocidade do cômputo do tempo de contribuição, que impede nova contagem para aposentadoria quando o servidor interrompe o vínculo com um ente federativo e passa a estabelecer vínculo com outro<sup>21</sup>) – art. 40, § 9 da CF/88.

Deve ser observado que:

a) para fins de aposentadoria, será assegurada a **contagem recíproca** do tempo de contribuição entre o RGPS e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a

---

<sup>21</sup> Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª edição. Editora Atlas.



**compensação financeira**, de acordo com os critérios estabelecidos em lei (art. 201, § 9º da CF/88).

b) o tempo de serviço militar e o tempo de contribuição ao RGPS ou a RPPS terão **contagem recíproca** para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a **compensação financeira** será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes (art. 201, § 9º-A da CF/88).

Na aplicação dessa regra, deve ser como serviço militar aquele exercido nas seguintes atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da CF/88, quais sejam, aquelas desempenhadas:

I) pelos militares dos Estados, do DF e dos Territórios, compostos pelos membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (art. 42 da CF/88);

II) pelos militares da Forças Armadas (art. 142 da CF/88); e

III) no âmbito do serviço militar obrigatório (art. 143 da CF/88).

- O **tempo de serviço correspondente ao tempo de contribuição** será contado para fins de **disponibilidade** (art. 40, § 9 da CF/88).

Portanto, o tempo de serviço, apenas, não é suficiente para que o servidor faça jus ao benefício, sendo necessário que ele tenha efetuado as contribuições.

A disponibilidade ocorre nos casos de extinção do cargo ou de declaração de sua desnecessidade, sendo aplicável ao servidor estável, que receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º da CF/88).

- A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de **tempo de contribuição fictício** (art. 40, § 10 da CF/88).

- A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do RGPS, **acarretará o rompimento do vínculo** que gerou o referido tempo de contribuição (art. 37, § 14 da CF/88).

### Demais regras do RPPS

- É vedada a existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo (art. 40, § 20 da CF/88).

Essa vedação abrange todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22 do art. 40 da CF/88 (tratada logo a seguir).



- **É vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social RPPS** (art. 40, § 22 da CF – incluído pela EC 103/2019).

Para os regimes próprios que já existem, lei complementar federal estabelecerá normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre:

- a) requisitos para sua extinção e consequente migração para o RGPS;
- b) modelo de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos;
- c) fiscalização pela União e controle externo e social;
- d) definição de equilíbrio financeiro e atuarial;
- e) condições para instituição do fundo com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 da CF/88 e para vinculação a ele dos recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza;
- f) mecanismos de equacionamento do déficit atuarial;
- g) estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência;
- h) condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime;
- i) condições para adesão a consórcio público;
- j) parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias.

### Regime de previdência dos ocupantes, exclusivamente de cargo em comissão, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público

- O regime de previdência dos ocupantes **exclusivamente de cargo em comissão**, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de **outro cargo temporário**, inclusive mandato eletivo, ou de **emprego público** será o **Regime Geral da Previdência Social** (art. 40, § 13 da CF/88).

Dessa forma, fica vedada a aplicação do Regime Próprio para os ocupantes de cargo em comissão, de cargo temporário e empregados públicos.



## Regime de previdência complementar

- O regime de previdência complementar (RPC) deve ser instituído no âmbito de cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), por lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo, para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo (art. 40, § 14 da CF/88).

No âmbito federal, a Lei 12.618/2021 instituiu o regime de previdência para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

- Na instituição do RPC, deve ser observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em RPPS (art. 40, § 14 da CF/88), sendo vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do RPC ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social (art. 37, § 15 da CF/88 – cuidado! Esta restrição não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes da EC 103/2019).

- O RPC deverá oferecer plano de benefícios somente na modalidade **contribuição definida** (art. 40, § 15 da CF/88).

Nessa modalidade, o benefício a ser recebido no momento da aposentadoria varia em função da quantia acumulada a partir das contribuições realizadas ao longo do tempo e da rentabilidade do saldo investido<sup>22</sup>.

- O RPC deverá ser efetivado por intermédio de entidade **fechada** de previdência complementar ou de entidade **aberta** de previdência complementar (art. 40, § 15 da CF/88).

- O RPC deverá observar as regras constitucionais que tratam regime de previdência privada, de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, de caráter facultativo (art. 202 da CF/88).

- Para servidores que tiverem ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente RPC: somente mediante prévia e expressa opção do servidor estará ele sujeito ao RPC (art. 40, § 16 da CF/88).

Portanto, os que tiverem ingressado após a vigência do ato instituidor do regime já ingressam automaticamente no RPC.

---

<sup>22</sup> Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª edição. Editora Atlas.





## Estabilidade dos servidores efetivos

- **Requisitos para aquisição da estabilidade** do servidor público (art. 41, *caput* e § 4º da CF/88):



- **A perda do cargo por parte do servidor público estável** só poderá ocorrer:

a) em virtude de **sentença judicial transitada em julgado** (art. 41, § 1º da CF/88);

Nada obstante, caso o servidor estável tenha invalidada a sua demissão por sentença judicial, será reintegrado ao cargo que ocupava (art. 41, § 2º da CF/88). A invalidação opera efeitos retroativos (*ex tunc*). O eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, recebendo a remuneração do outro cargo, ou então posto em disponibilidade, hipótese em que a remuneração será proporcional ao tempo de serviço (art. 41, § 2º da CF/88).

b) mediante **processo administrativo** em que lhe seja assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º da CF/88);

c) mediante procedimento de **avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º da CF/88);

d) caso as despesas com pessoal do ente federado exceda os limites estabelecidos em lei complementar e a adoção das seguintes medidas não tenha sido suficiente para assegurar o cumprimento daqueles limites: (i) a redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e (ii) a exoneração dos servidores não estáveis (art. 169, §§ 3º e 4º da CF/88).

O servidor que perder o cargo nessa situação fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço (art. 169, § 5º da CF/88) e o cargo objeto da redução de despesa com pessoal será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos (art. 169, § 6º da CF/88).

- **Caso ocorra a extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade**, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º da CF/88).





- Ainda que os empregados públicos concursados não gozem da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88, a sua demissão deve ser devidamente motivada, não sendo necessário procedimento administrativo, mas apenas ato formal que indique claramente, ainda que de forma simples, as razões da demissão<sup>23</sup>.

## Militares

- Principais regras constitucionais aplicáveis aos militares:

Militares dos Estados, do DF e dos Territórios - membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (art. 42 da CF/88)	Militares das Forças Armadas (art. 142 da CF/88)
<p>I – aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, todos da CF/88, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X da CF/88, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores;</p> <p>II – aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal;</p> <p>III – aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI da CF/88, com prevalência da atividade militar;</p> <p>IV – Compete à União organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (art. 21, XIV da CF/88);</p> <p>V - "Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo</p>	<p>I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;</p> <p>II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c" da CF/88 será transferido para a reserva, nos termos da lei;</p> <p>III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c" da CF/88, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;</p> <p>IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;</p> <p>V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;</p> <p>VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;</p> <p>VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;</p> <p>VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c", todos da CF/88;</p> <p>IX - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais</p>

<sup>23</sup> STF – RE 688267



de bombeiros militar do Distrito Federal <sup>24</sup> .	dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
--	---

---

<sup>24</sup> STF - Súmula Vinculante 39.



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

*Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.*

*A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.*



**1. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será exonerado, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) Investido no mandato de Prefeito, o servidor público da administração direta será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

### Comentários

A alternativa incorreta é a letra B, uma vez que nesse caso o servidor ficará em disponibilidade, conforme § 3º do artigo 41 da Constituição Federal:



Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

(...)

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em **disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

As demais alternativas estão de acordo com os seguintes preceitos constitucionais:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Letra D)

(...)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (Letra A)

(...)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo; (Letra E)

(...)

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

(...)

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; (Letra C)

**Gabarito: Letra B.**

**2. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE RN/Agente Socioeducativo) Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.**



- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- b) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções, mas não abrange autarquias e fundações;
- e) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

### Comentários

A alternativa incorreta é a letra D, uma vez que a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos também abrange as autarquias e fundações, conforme inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, uma vez que tais entidades estão inseridas dentro da administração indireta:

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

(...)

**XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:**

As demais alternativas correspondem a preceitos constitucionais:

**VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; (Letra A)**

(...)

**IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Letra B)**

(...)

**XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Letra C)**



(...)

*Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*

(...)

*§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Letra E)*

**Gabarito: Letra D.**

**3. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras, a seguinte disposição:**

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função se houver compatibilidade.
- b) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será facultado optar pela sua remuneração.
- c) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem.
- d) investido no mandato de Prefeito, não será afastado do cargo, emprego ou função, mas deverá optar pela sua remuneração.
- e) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, incluindo-se para promoção por merecimento.

### Comentários

As disposições aplicadas a esses servidores nos casos de exercício de mandato eletivo estão dispostas no artigo 38 da CF/88:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:*

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, **ficará** afastado de seu cargo, emprego ou função; (Letra A - **incorreta**)*



II - investido no mandato de Prefeito, **será afastado do cargo**, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; (Letra D - **incorreta**)

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; (Letra B - **correta**)

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, **exceto para promoção por merecimento**; (Letra E - **incorreta**)

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, **permanecerá** filiado a esse regime, no ente federativo de origem. (Letra C - **incorreta**)

Assim, a alternativa que está de acordo com o que diz a CF/88 é a letra B.

**Gabarito: Letra B.**

**4. (AOC/2021/MP-RS/Técnico) Analise o seguinte caso hipotético: Mário, servidor público em estágio probatório ocupante do cargo de Técnico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi eleito Deputado Federal. À luz da Constituição Federal, Mário**

- a) será exonerado do cargo de Técnico, pois ainda não goza de estabilidade.
- b) será afastado do cargo de Técnico, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) será afastado do cargo de Técnico, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
- d) perceberá as vantagens de ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) será posto em disponibilidade e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

**Comentários:**

Mário, servidor público, será afastado do cargo, não sendo possível a ele optar pela remuneração. Tal prerrogativa é permitida em casos de investidura em mandato de prefeito. Vejamos o que diz a Constituição:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:*





*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;*

**Gabarito: letra C.**

**5. (Instituto AOCP/2020/Prefeitura de Novo Hamburgo/Guarda Municipal) O servidor público estável só perderá o cargo em quais situações?**

- a) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) Pelo cometimento de crimes no exercício da função.
- c) Por omissão ou excesso no exercício da função.
- d) Mediante processo administrativo.
- e) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

### Comentários

As hipóteses em que o servidor público estável perderá o cargo estão listadas no § 1º do artigo 41 da CF/88, estando entre elas aquela descrita na letra A:

*Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*

**§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:**

*I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*

*II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;*

*III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.*

**Gabarito: Letra A.**



## AGENTES PÚBLICOS

### Perguntas

1. De quais formas podem ser providos os cargos públicos?
2. Para quais entidades da Administração Pública é obrigatória a adoção do regime de emprego público?
3. Qual a diferença entre cargo público e emprego público?
4. No que consiste o princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos?
5. Dentre os cargos, empregos e funções públicas, a prévia aprovação em concurso público é exigida para a investidura em quais deles?
6. Qual o prazo de validade do concurso público?
7. João foi aprovado no concurso para o cargo de Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado X. Qual o teto remuneratório ao qual João está submetido?
8. O que acontece com o servidor investido no mandato de prefeito?
9. Quem a CF/ 88 prevê que terá precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei?



10. A quem se aplica o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?
11. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) conta com contribuições de quais partes?
12. Quais modalidades de aposentadoria previstas constitucionalmente para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?
13. O tempo de serviço correspondente ao tempo de contribuição será contado para quais fins?
14. Sabe-se que é vedada a existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo. Qual a abrangência dessa vedação?
15. Por meio de qual instrumento deve ser instituído o regime de previdência complementar (RPC) no âmbito de cada ente federativo para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo?
16. O que acontecerá com o servidor estável caso ocorra a extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade?

## Perguntas com respostas

### 1. De quais formas podem ser providos os cargos públicos?

Em **caráter efetivo**, mediante concurso público, ou em **comissão**, de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, da CF/88).

### 2. Para quais entidades da Administração Pública é obrigatória a adoção do regime de emprego público?

Para as **empresas estatais** e suas **subsidiárias** que explorem **atividade econômica** (art. 173, § 1º, da CF/88).



### 3. Qual a diferença entre cargo público e emprego público?

A relação entre o agente investido em cargo público e o Estado é regida por um regime jurídico estatutário definido em lei. Já no caso do agente ocupante de emprego público, tal relação é estabelecida em contrato e regida pela CLT.

Além disso, cargos públicos integram a estrutura de órgãos e entidades de direito público, enquanto os empregos públicos são mais comuns nas entidades administrativas de direito privado.

O regime jurídico dos empregados públicos é híbrido, em razão de se submeterem a certas normas de direito público, como, por exemplo, a exigência de aprovação prévia em concurso público para que ocorra a investidura no emprego público (art. 37, II, da CF/88).

### 4. No que consiste o princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos?

A CF/88 garante tanto aos **brasileiros** (garantido a todos que preencham os requisitos estabelecidos em lei), quanto aos **estrangeiros** (garantido na forma da lei) o acesso aos cargos, empregos e funções públicas (art. 37, I, da CF/88).

### 5. Dentre os cargos, empregos e funções públicas, a prévia aprovação em concurso público é exigida para a investidura em quais deles?

Cargos e empregos públicos (art. 37, II, da CF/88).

### 6. Qual o prazo de validade do concurso público?

**Até** dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período originalmente definido (art. 37, III, da CF/88).

### 7. João foi aprovado no concurso para o cargo de Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado X. Qual o teto remuneratório ao qual João está submetido?

O subsídio dos deputados estaduais (art. 37, XI, da CF/88).



#### 8. O que acontece com o servidor investido no mandato de prefeito?

Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, isto é, poderá optar por receber pelo cargo de prefeito ou pelo que anteriormente ocupava (art. 38, II, da CF).

#### 9. Quem a CF/ 88 prevê que terá precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei?

A administração fazendária e seus servidores fiscais (art. 37, inciso XVIII, da CF/88).

#### 10. A quem se aplica o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?

Apenas aos ocupantes de cargos públicos efetivos (art. 40, *caput* e § 18, da CF/88).

#### 11. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) conta com contribuições de quais partes?

Do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas (art. 40, *caput*, da CF/88).

#### 12. Quais modalidades de aposentadoria previstas constitucionalmente para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?

Por incapacidade permanente para o trabalho, compulsória e voluntária (art. 40, I a III, da CF/88).

#### 13. O tempo de serviço correspondente ao tempo de contribuição será contado para quais fins?

Para fins de disponibilidade (art. 40, § 9º, da CF/88).

#### 14. Sabe-se que é vedada a existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo. Qual a abrangência dessa vedação?



Abrange todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento (art. 40, § 20, da CF/88).

**15. Por meio de qual instrumento deve ser instituído o regime de previdência complementar (RPC) no âmbito de cada ente federativo para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo?**

Por lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo (art. 40, § 14, da CF/88).

**16. O que acontecerá com o servidor estável caso ocorra a extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade?**

Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º, da CF/88).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.